

MICROSCÓPIO

CONTRA O REGIME?

Raul Pilla

REGRESSANDO ao Rio, encontro a notícia que se vai propôr o aumento do subsídio dos congressistas. Se o pretendido aumento fôr para vigorar na próxima legislatura, nada há que opôr-lhe sob o aspecto constitucional: os atuais congressistas tanto podem aumentar, como diminuir ou manter o subsídio, dos que os não suceder.

Apaziguados, porém, os escrúpulos constitucionais, não ficam resolvidas tôdas as dúvidas. E' certo que o subsídio atual já não dá para viver cômodamente no Rio. Mas será para que venham viver folgadamente no Rio, que se elegem deputados e senadores? Não é de crer. Política não é profissão: é atividade cívica. Quem não pode dar alguma coisa de si, em beneficio da coletividade, não tem verdadeiramente vocação política. Por isto, os representantes da Nação não têm vencimentos: recebem subsídio, isto é, auxílio para se manterem.

Mas, profissão que se quisesse considerar a representação política, haveria de ser profissão com deveres especiais. Senão, vejamos. A inflação, em que vai afundando o País, leva a constantes e cada vez mais imperiosas reclamações de aumento de salários. Sabem todos que êste não é o remédio do mal, e que, pelo contrário, o agrava. Mas que autoridade teria o Congresso para resistir, pouco que fôsse, à pressão dos verdadeiramente necessitados, se começasse por se conceder a si mesmo o que teria por dever negar aos demais? Como pedirá sacrificios gerais, quem do sacrificio não sabe dar o exemplo?

O suposto aumento será constitucional, se se destinar somente à próxima legislatura. Mas, sem embargo de constitucional, será inoportuno, inconveniente, desastroso. Quase se diria uma conspiração contra o regime representativo.